

Brasil só paga juros se receber financiamentos

Aldori Silva

O Governo brasileiro não vai regularizar o pagamento dos juros da dívida externa mensalmente a partir deste mês, conforme havia sido acertado no entendimento preliminar firmado entre o ex-negociador da dívida, Fernão Bracher, e o dirigente do comitê de bancos credores, William Rhodes, no início de novembro de 87. Segundo afirmou ontem o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, embora os bancos credores esperem por essa atitude, "esse não é o entendimento do Brasil, mesmo porque a pré-condição básica para que isso (pagamento mensal dos juros da dívida a partir de janeiro) ocorresse era que o País estivesse recebendo financiamento externo satisfatório, o que não está acontecendo".

O reinício do pagamento regular dos juros mensais da dívida externa, suspenso desde o dia 20 de fevereiro de 87, só ocorrerá após a celebração de um acordo de médio e longo prazos para a dívida externa, segundo acrescentou o ministro da Fazenda. "Só quando fecharmos um acordo que garanta um fluxo de empréstimos satisfatório poderemos regularizar esses pagamentos", disse ele, explicando que a capacidade financeira do País permite hoje apenas o pagamento de 40% dos juros devidos, necessitando da complementação de 60% na forma de novos empréstimos externos. "Tão logo haja condição satisfatória, vamos reiniciar o

pagamento dos juros", disse.

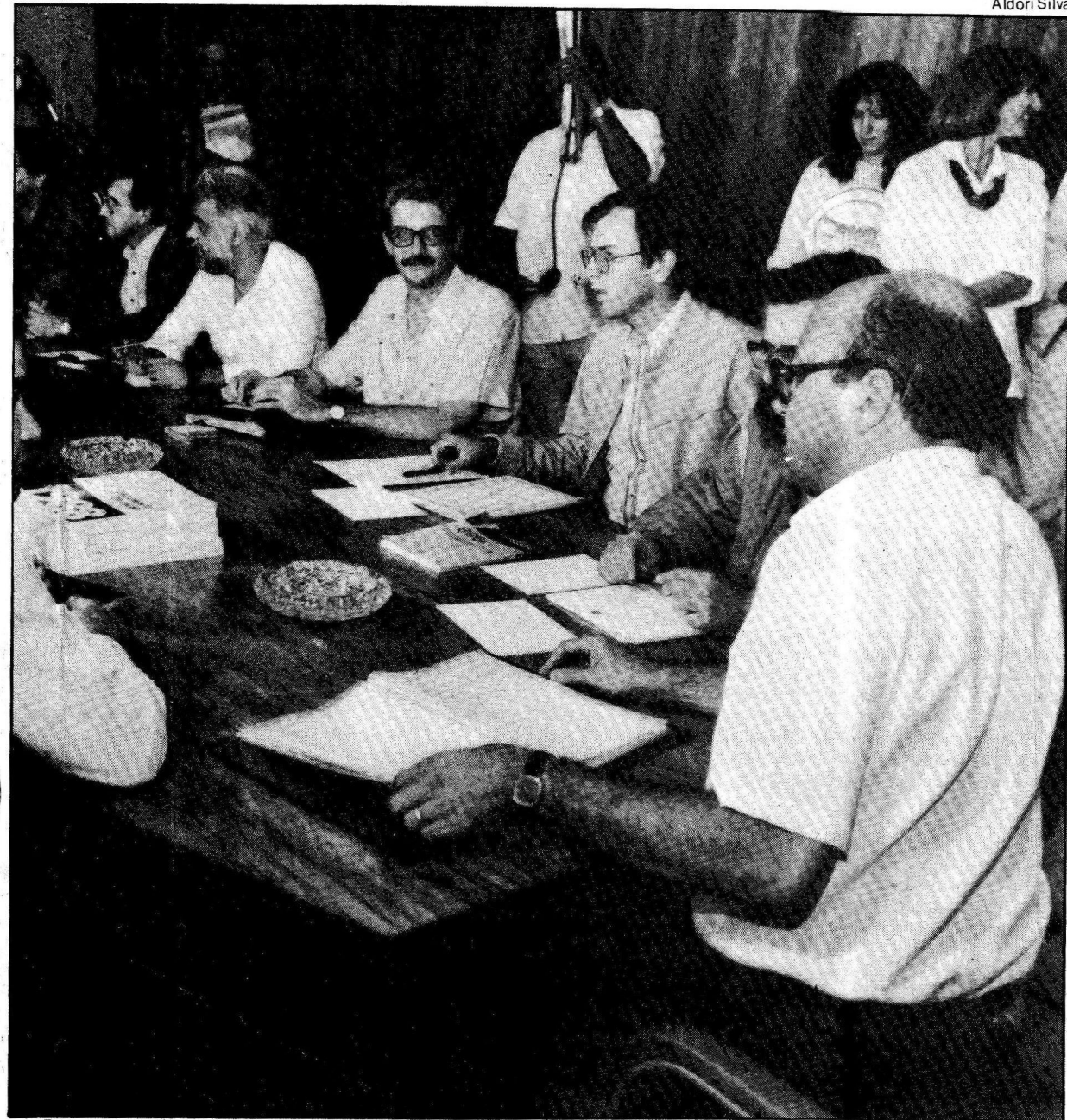
O ministro da Fazenda reuniu ontem à tarde técnicos de seu ministério, da Secretaria de Planejamento (Seplan) e do Banco Central para examinar as perspectivas de execução do Orçamento da União a partir deste mês. Segundo ele, a recomendação do presidente José Sarney é de que o controle do déficit público, projetado para ficar em 2% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, se faça basicamente através do Orçamento da União, "Vamos cumprir rigorosamente essa recomendação", afirmou Mailson.

O ministro da Fazenda disse que o novo negociador da dívida externa e presidente do Banco Central, Fernando Milliet, viajou ontem para Nova Iorque, onde amanhã retoma as negociações com o comitê de bancos credores, com a recomendação de transmitir a eles o entendimento do Governo brasileiro de que a regularização do pagamento dos juros só será possível mediante a entrada de novos financiamentos. "A estratégia da negociação procura sobretudo assegurar o desenvolvimento econômico do País e evitar a recessão. Mas, para isso, o financiamento externo, em volumes adequados e em condições satisfatórias, é fundamental", afirmou Mailson da Nóbrega.

O ministro assinalou que as negociações com os bancos credores seguem a estratégia iniciada

pelo ex-ministro Bresser Pereira, "e não dependem de acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional (FMI), não há nenhuma vinculação". As críticas do ex-ministro Bresser Pereira, que considerou "uma traição" o Brasil voltar a negociar com o FMI dentro dos moldes clássicos, Mailson da Nóbrega disse que o País negociará em alto nível com aquela instituição. "O próprio ministro Bresser já havia adiantado que nada impedia que o País negociasse em paralelo com o FMI, desde que o acordo com os bancos credores fosse precedido de um acordo com aquela instituição", acrescentou.

Da reunião realizada ontem pelo ministro Mailson da Nóbrega, no Ministério da Fazenda, participaram seus assessores Mário Berard (secretário-geral), Paulo César Ximenes (secretário especial de Assuntos Econômicos), Fernando Dal'Aqua e Eduardo Teixeira (da Assessoria Econômica), além de Silvio Rodrigues Alves (chefe do Departamento Econômico do Banco Central) e José Cláudio (secretário-geral adjunto da Seplan). Além de examinar os dados orçamentários que irão ajudar no combate ao déficit público, a reunião serviu para uma avaliação dos resultados econômicos do primeiro mês do ano e coleta de informações que irão subsidiar as futuras discussões com o Fundo Monetário Internacional (FMI).



Inaugurando seu primeiro sábado como ministro da Fazenda, Mailson faz reunião informal